

Será o tempo senhor de todas as representações sociais?

Is time the master of all social representations?

¿Será el tiempo el señor de todas las representaciones Sociales?

Le temps est-il le maître de toutes les représentations sociales?

 10.5020/23590777.rs.v24i3.e14102

Caroline Matos Romio  

Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), possui título de mestre pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Pesquisa VIDAS – Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em Psicologia Clínica-Social. Psicóloga vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSM.

Adriane Roso  

Professora Associada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pós-doutorado na Harvard University, Departamento de Psicologia, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É pós-doutora em Comunicação (UFSM). Doutora em Psicologia (PUCRS), com doutorado sanduíche na Columbia University (bolsa da Fulbright). Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUCRS). Especialista em Saúde Pública (UFRGS/ FIOCRUZ/ESP/RS) e em Gestão em Saúde (UFRGS). Certificada em Aconselhamento em Álcool/Drogas (University of California - UCLA). Graduada em Psicologia (UNISINOS).

Alexsandra Matos Romio  

Cursa o doutorado em Administração desde 2019, na área de Tecnologias da Informação e Decisão na Universidade Federal de Santa Maria. É bacharel e licenciada em Engenharia Mecânica pela mesma universidade (2009 e 2013), e é Mestre em Engenharia de Produção na área de Gerência da Produção (UFSM/2012). Atua como Professora na área de mecânica no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria desde 2013.

Resumo

O tempo consiste em um fenômeno que intriga a humanidade e todos os campos da ciência, da cultura e das artes. O tempo tem sido teorizado por diferentes vertentes da psicologia social, dentre elas a Teoria das Representações Sociais. Nesta, o tempo costuma ser compreendido como um dos eixos que compõe o processo representacional. Partindo dessa tese, temos como intuito neste artigo ensaístico adensar as reflexões acerca do constructo “tempo” na Teoria das Representações Sociais. Levantamos uma provocação: afinal, não será o tempo o senhor de todas as representações sociais? Para tanto, abordamos a Teoria das Representações Sociais, conceituamos os Modelo Toblerone e Rosa dos Ventos, retomamos a construção histórica do tempo, sinalizamos para a ruptura paradigmática na compreensão do tempo que representa a Teoria da Relatividade, apresentamos o tempo na era digital. Por fim, sugerimos que o tempo não apenas constitui um eixo do processo de construção das representações sociais, mas pode ser ele próprio compreendido como uma representação social.

Palavras-chave: teoria das representações sociais, tempo, teoria da relatividade.

Abstract

Time is a phenomenon that intrigues humanity and all fields of science, culture, and the arts. Time has been theorized by different strands of social psychology, including the Theory of Social Representations. In this, time is usually understood as one of the axes that make up the representational process. Based on this thesis, our essay aims to deepen reflections on the construct of “time” in the Theory of Social Representations. We raise a provocation: after all is it not time for the master of all social representations? To this end, we address the Theory of Social Representations, conceptualize the Toblerone and Wind Rose Models, return to the historical construction of time, point to the

paradigmatic rupture in the understanding of time represented by the Theory of Relativity, and present time in the digital age. Finally, we suggest that time not only constitutes an axis of the process of constructing the social representation but can be understood as a social representation.

Keywords: *theory of social representations, time, theory of relativity.*

Resumen

El tiempo consiste en un fenómeno que intriga la humanidad y todos los campos de la ciencia, de la cultura y de las artes. El tiempo ha sido teorizado por diferentes vertientes de la psicología social, entre ellas la Teoría de las Representaciones Sociales. En esta, el tiempo acostumbra a ser comprendido como un eje que compone el proceso representacional. Partiendo de esta tesis, tenemos como intención en este artículo ensayístico adensar las reflexiones acerca del constructo “tiempo” en la Teoría de las Representaciones Sociales. Levantamos una provocación: Al fin, ¿no será el tiempo el señor de todas las representaciones sociales? Para tanto, enfocamos la Teoría de las Representaciones Sociales, conceptualizamos los Modelos Toblerone y Rosa de los Vientos, reanudamos a la construcción histórica del tiempo, señalamos para la rotura paradigmática en la comprensión del tiempo en la era digital. Por fin, sugerimos que el tiempo no solo constituye un eje del proceso de construcción de las representaciones sociales, pero puede ser él propio comprendido como una representación social.

Palabras-clave: *teoría de las representaciones sociales; tiempo; teoría de la relatividad.*

Résumé

Le temps est un phénomène qui intrigue l'humanité et tous les domaines de la science, de la culture et des arts. Le temps a été théorisé par différentes branches de la psychologie sociale, parmi lesquelles la Théorie des Représentations Sociales. Dans celle-ci, le temps est généralement compris comme l'un des axes qui composent le processus de représentation. Partant de cette thèse, nous visons dans cet article d'essai à approfondir les réflexions sur le concept « temps » dans la Théorie des Représentations Sociales. Nous lançons une provocation : après tout, le temps n'est-il pas le maître de toutes les représentations sociales ? À cette fin, nous abordons la Théorie des Représentations Sociales, conceptualisons les modèles Toblerone et Rose des Vents, nous revenons sur la construction historique du temps, pointons vers la rupture paradigmatique dans la compréhension du temps qui représente la théorie de la relativité, et présentons le temps à l'ère numérique. Enfin, nous suggérons que le temps ne constitue pas seulement un axe du processus de construction des représentations sociales, mais qu'il peut lui-même être compris comme une représentation sociale.

Mots-clés: *théorie des représentations sociales, temps, théorie de la relativité.*

O tempo é um fenômeno objetivo que é compreendido nas relações socioculturais de modo complexo e abstrato. Não sabemos exatamente quando ele se torna uma questão para os humanos. Reconhecemos que há uma necessidade de produzirmos compreensões simbólicas para a observação concreta da temporalidade. Do ponto de vista biológico/neurológico, entende-se que “ao contrário da visão, não existem organismos que possuem sensores especializados em captar informações temporais do mundo externo” (Sampaio, 2016, p. 376), o que o torna algo estranho, difícil de ser compreendido. Talvez derive dessa característica a invenção da contagem do tempo, iniciada há mais de cinco mil anos, quando os egípcios desenvolveram o primeiro calendário (Rector, 1994). A elaboração de calendários e o desenvolvimento de estratégias de contagem do tempo desempenharam um papel importante em todas as sociedades (Levine, 2016) no cotidiano das pessoas.

Há evidências de que, desde a antiguidade, período iniciado com a invenção da escrita e finalizado com a queda do Império Romano, a medição do tempo já se revestia de grande importância para a programação de rituais religiosos e eventos agrícolas. Os intervalos de tempo mais utilizados eram o ano solar, também o dia solar, que correspondia ao espaço entre dois pôr do sol consecutivos. Também a observação do mês lunar, medido do primeiro dia de lua crescente até a próxima. Essa compreensão do tempo estava articulada a uma integração maior com os ciclos da natureza e da observação dos astros. Os babilônios possivelmente foram os primeiros a utilizar um sistema de medição de base 60 que está alinhado com o sistema moderno de 24 horas (Levine, 2016).

Dentre as questões que intrigam a humanidade, certamente o tempo ocupa lugar de destaque. Nas artes e na religião, ele é um mistério, uma entidade a ser respeitada. Na popular canção brasileira “Oração ao tempo”, Caetano Veloso (1979) o reconhece como “(...) um senhor tão bonito. Compositor de destinos. Tambor de todos os ritmos. (...) tão inventivo. (...) contínuo. (...) um dos deuses mais lindos. (...)”, o tempo enquanto a figura do Orixá Quitembo (Kitembo/Ndembwa), que rege a ancestralidade e os fluxos da vida.

Usualmente, o tempo não é objeto de reflexão no senso comum: simplesmente passamos por ele, se passa e ele nos transpassa. Experimentamo-lo quase como se travássemos uma batalha contra ele, o que se expressa, por exemplo, no desejo de sermos eternos. No entanto, desde a Antiguidade, a partir da filosofia, o tempo constituiu-se como objeto de reflexão e estudo. Mais tardiamente, na Modernidade, o tempo passou a ser objeto científico para a psicologia, área que se debruçou sobre a pesquisa da percepção do tempo, levando em conta muitos elementos, tais como os processos de desenvolvimento cognitivo, a memória e a linguagem.

Nosso objetivo, neste ensaio, é adensar as reflexões acerca do constructo “tempo” no campo da psicologia social, partindo de duas teses desenvolvidas na Teoria das Representações Sociais, a do Modelo Toblerone e o Rosa dos Ventos (Bauer & Gaskell, 1999). O movimento no ensaio é no sentido de levantar uma provocação: afinal, não será o tempo o senhor de todas as representações sociais?

Trilharemos por duas lógicas diferentes para explorarmos os fluxos históricos da modernidade que engendram a nossa compreensão de tempo. A primeira lógica nos remete ao constructo tempo enquanto fenômeno objetivo e linear. A segunda observa que a digitalização da vida tem tensionado a linearidade do tempo, sugerindo o tempo como fenômeno múltiplo, não linear, simultâneo e subjetivado, quando apresentaremos a Teoria Relativística do Tempo e o impacto dela na compreensão do fenômeno, especialmente na experiência digital.

Para isso, aprofundaremos o conceito de representações sociais, desenvolvido na Teoria das Representações Sociais (TRS) e suas possíveis articulações com a noção de tempo. Trabalharemos com a hipótese de que o tempo é, em si, uma representação social.

Caminharemos sobre incertezas, trilhas turvas, duvidosas ao escrevermos nossos argumentos. Não somos “senhoras” do que escrevemos, no sentido de termos um lugar consolidado sobre essa discussão, como vem ocorrendo no campo das ciências exatas, mediante as contribuições de Albert Einstein. Tampouco nos associamos às psicologias que se sustentam em estudos experimentais sobre a percepção do tempo, ainda que reconheçamos a importância de tais estudos.

A Noção de Tempo na TRS: os Modelos Toblerone e Rosa dos Ventos

Neste momento da nossa escrita, exploraremos a constituição da Teoria das Representações Sociais, a partir do reconhecimento do fenômeno representacional enquanto articulador das experiências sociais e subjetivas. Buscaremos, nesse processo, compreender como os autores interseccionam o tempo com os processos representacionais. Nos inquieta compreender como o tempo compõe, articula e interage com os conhecimentos produzidos no cotidiano pelo senso comum.

A psicologia social crítica tem como um importante expoente, na atualidade, Serge Moscovici (1925-2014). Ele centraliza seus estudos na compreensão sobre como os sujeitos e as coletividades produzem conhecimentos que têm a função de elaborar os comportamentos e a comunicação que se estabelecem nas relações. Para Moscovici, esses conhecimentos podem ser compreendidos como representações sociais.

Moscovici reconhece a relevância do conceito de representações coletivas de Durkheim. Nesse conceito a existência de um pensamento social organizado se impõe aos indivíduos, o que faz com que a compreensão das representações coletivas seja rígida, homogênea e constante no tempo, bem como que haja uma separação entre o social e o individual, sendo que o primeiro se impõe de modo definitivo e imutável ao segundo. Devido a essa rigidez, Moscovici se distancia da sociologia de Durkheim, uma vez que atribui à noção de representações sociais a fluidez de fenômenos psicossociais dinâmicos e em constante transformação, reconhecendo também a pluralidade de representações sociais e sua respectiva diversidade dentro dos grupos. Ao modificar o nome, Moscovici atribui novos sentidos para as representações, destituindo a natureza supraorgânica prevista nas representações coletivas do conceito de representações sociais. Tendo isso em vista, as representações sociais possuem mobilidade e plasticidade. Para o autor, elas são um fenômeno e não apenas um conceito (Moscovici, 2005).

Para a construção da TRS, o Moscovici integra os estudos sobre a linguagem, a percepção e a compreensão humana, entendendo esses fenômenos na interlocução dos aspectos subjetivos e sociais. A obra fundante da teoria é o livro “*La Psychanalyse, Son Image et Son Public*”, publicado em 1961, sobre a representação social da psicanálise na França dos anos 1950. Nesse estudo, ele buscou compreender como o saber especializado, uma vez em debate nos ambientes sociais, tornava-se objeto de representação, migrando do universo científico para o senso comum (Moscovici, 2012).

As representações sociais constituem um conjunto integrado de saberes e, também, uma atividade psíquica, que tornam a realidade social e física inteligível (Moscovici, 2012) e quase tangível. Elas são dinâmicas e criativas, não são reproduções ou reações a estímulos determinados. As representações sociais correspondem a sistemas articulados com lógica própria, com uma linguagem específica e uma estrutura que tem como base tanto valores quanto conceitos. Elas são teorias construídas coletivamente que objetivam a interpretação e a construção da realidade e direcionam os comportamentos. Por isso, reverberam nos relacionamentos sociais e integram um conjunto de ações que modificam umas às outras (Moscovici, 2005).

Central na TRS é o aspecto mediador atribuído às representações sociais, pois a relação entre sujeito e objeto (mundo, sociedade) é sempre mediada pela intervenção de outro sujeito (alter). Para ilustrar esse campo interacional, onde a

representação se constitui, Moscovici (2005, 2012) propõe a existência de um triângulo relacional entre Sujeito-Outro-Objeto, onde cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois. Assim, é na experiência no mundo e em relação com os outros que os sujeitos se produzem subjetivamente da mesma forma que produzem o mundo e os outros sujeitos.

Por isso, as representações sociais são uma forma específica de conhecimento (conhecimento prático) que conecta o sujeito com o objeto – através da mediação de outros sujeitos e das estruturas sociais –, com isso, facilitam a agregação daquele que conhece com o próprio objeto. Isto é, o objeto produzido contém os atributos, pensamentos, e até sentimentos daquele que o produziu, tornando a cisão entre sujeito e objeto uma ilusão (Moscovici, 2011).

Podemos dizer que as representações atravessam os sujeitos e atravessam o modo como eles percebem a realidade e o mundo. Elas transformam tanto o mundo quanto os sujeitos no processo representacional. As representações são carregadas de afetos e sentidos coletivos, elas estão no campo da linguagem, da memória e do simbólico. O modo como os sujeitos representam delimita os sentidos de pertencimento à realidade, aos grupos sociais e dá contornos mais ou menos fluidos às identidades.

Uma importante funcionalidade das representações sociais é tornar o diverso e estranho em algum sentido familiar. Para fazer isso, elas instrumentalizam os sujeitos de modo a tornar o incomum em algo comum e o estranho em compreensível. Permitem, ainda, que se faça uma série de mudanças adaptativas na estrutura de conhecimento, com a condição de que o universo como um todo retenha suas qualidades de consistência – nesse ponto, nos questionamos acerca da relevância do tempo na manutenção da constância do universo.

No processo de constituir uma representação dois processos são utilizados: o da ancoragem e o da objetivação (Moscovici, 2012). A objetivação visa a transformar algo abstrato em concreto, transferir o que está na mente para o que existe no mundo físico, tornar o subjetivo em algo objetivo através da sua externalização para o universo material, atribuindo elementos da realidade as formas do pensamento. Esse processo transforma a palavra e a imagem mental em realidade concreta (Moscovici, 2012). Nesse processo, um objeto, que era anteriormente misterioso, foi devidamente decomposto, reintegrado, tornando-se algo efetivamente objetivo, palpável, passando a parecer natural.

Na ancoragem, os sujeitos tentam fixar uma ideia estranha, reduzi-la a categorias e imagens comuns e colocá-la em um contexto familiar. Essa ideia estranha é introduzida no nosso sistema de categorias e comparada ao paradigma de uma categoria que consideramos adequada, através de uma assimilação. Nesse caso, é possível dizer que a ancoragem desempenha um papel essencial na criação das representações, uma vez que encontra relação entre ideias e imagens pouco conhecidas com aquelas já amplamente conhecidas (Moscovici, 2012). No processo de classificação das pessoas e dos objetos, nós os nomeamos e assim passamos a imaginá-los e representá-los. Trata-se da nomeação que possibilita a superação do anonimato perturbador (não familiar) ao conhecido (familiar) (Moscovici, 2005).

A nomeação só é possível por meio da linguagem, que é sempre social, isto é, compartilhada por uma comunidade, por uma nação. Quando nomeamos aquilo que era irrepresentável, devido às suas propriedades inconscientes, entramos no campo do saber, e só sabemos à medida que temos consciência de nós, do mundo e dos que nos rodeiam. Pela via da nomeação, podemos, inclusive, mudar a experiência da alteridade.

Moscovici (2005) sinaliza que a ancoragem e a objetificação demandam uma percepção de continuidade temporal no processo representacional, à medida que estabelecem uma historicidade e contextualização para a representação. Ele reconhece que a memória do passado é mais real que o presente no campo representacional. Para o autor (Moscovici, 2012), há uma permanência da representação, devido a uma constante reconstituição do passado que possibilita a constância aos grupos. As representações sociais repercutem em uma interação com a realidade de hoje através da de ontem, bem como de uma suposta continuidade que isso pressupõe. Para além disso, o autor não se dedica a explicar como exatamente o tempo repercute no campo representacional.

Considerando essa lacuna, 20 anos após a criação da TRS, Martin Bauer e George Gaskell (1999) incorporaram o tempo à relação triangular (Sujeito-Outro-Objeto) descrita anteriormente, adicionando assim a dimensão de projeto ao processo representacional. Segundo a tese dos autores, a inclusão da dimensão de passado e de futuro é incorporada para denotar o projeto de continuidade explícita ou implícita, ligando os sujeitos e os objetos, assumindo uma linearidade temporal no processo representacional.

Bauer e Gaskell (1999) se propõem a definir um paradigma, ou seja, uma formulação típica ideal de conceitos básicos e implicações metodológicas, para o estudo das representações sociais. Eles retomam Moscovici para constatar que as representações sociais são compostas através da comunicação entre Sujeito-Sujeito para a compreensão dos objetos. Por isso, para eles, a relação Sujeito-Objeto não pode ser reduzida a um indivíduo processando informação, pois é sempre mediada por outro indivíduo. A unidade de análise das representações sociais é sempre a interação Sujeito-Outro. O sujeito das representações é, portanto, um “nós” que tem a intencionalidade de comunicar e compreender a realidade. Mas, como esse “nós” compreende a passagem do tempo?

A proposta dos autores de compreender as representações, também como um projeto, apresentou-se como algo inovador nas discussões estabelecidas até então. Para eles, as relações Sujeito-Outro-Objeto são relativas a um projeto que objetiva “um futuro para nós”, um movimento contínuo que se constitui também através da antecipação do que será o objeto e a

experiência das pessoas no tempo futuro. Por meio da influência teórica de Maurice Merleau-Ponty, os autores passam a compreender as representações sociais em movimento, orientadas por um projeto, um plano ou uma meta, uma busca por um destino comum (Bauer & Gaskell, 1999).

Dessa forma, o triângulo comunicativo (Sujeito-Outro-Objeto) é projetado para um futuro determinado, como o esquema de um triângulo alongado que assume a forma de um famoso chocolate suíço, daí Bauer e Gaskell (1999) terem nominado o seu projeto de Modelo Toblerone. Esse modelo admite a centralidade do tempo na interação com o triângulo comunicativo na constituição das representações sociais. Dessa forma, o tempo atravessa a interação do triângulo comunicativo, sendo ele o eixo onde o triângulo se estabelece.

Retomando a proposta paradigmática dos autores para o estudo das representações sociais, ao considerar o Modelo Toblerone, eles derivam sete implicações metodológicas, a saber: a pesquisa deve considerar o processo, a estrutura e as funções das representações; comparar ambientes sociais “naturais” e não estratos estatísticos; rastrear a evolução de ideias dentro de cada meio; considerar vários fluxos de dados para mapear conversas, bem como a cobertura da mídia de massa; considerar a relevância dos dados longitudinais para compreender o processo representacional e, finalmente, adotar a “atitude melancólica”; observar sem julgamento e intervenção, e assim evitar o ímpeto “iconoclasta” que imediatamente procura desmascarar o senso comum. Para os autores, assim a TRS fornece uma estrutura coerente para estudar e compreender a mobilização do conhecimento na vida cotidiana que se baseia em várias fontes, tem múltiplas preocupações e envolve todos os sujeitos na constituição do senso comum (Bauer & Gaskell, 1999).

Embora as implicações metodológicas sejam relevantes, a sugestão do Modelo Toblerone foi reconhecida como insuficiente por Bauer e Gaskell (2008) em obra posterior. Segundo eles, as evidências empíricas demonstraram a necessidade da construção de várias extensões do modelo. Eles passaram a conceber a representação em função de vários argumentos como o meio e o contexto, dessa forma a representação corresponderia à articulação entre sujeito, objeto, projeto, tempo, meio, contexto intergrupais, entre outros.

Bauer e Gaskell (2008) mantêm a centralidade do sujeito enquanto um coletivo consciente que se integra na construção intencional de um projeto comum, mas entendem que o Modelo Toblerone necessita ser modificado, de modo a possibilitar que o triângulo comunicacional seja estendido ao contexto das dinâmicas intergrupais. Através do impacto que a teoria de Bruno Latour teve na compreensão dos autores, eles propõem que as representações sociais são formadas em relação a outras comunidades, nas dinâmicas de poder, a fim de resistir ou dominar. Assim, o Modelo Toblerone é modificado pelos autores para a forma de uma Rosa dos Ventos. Desse modo, as representações sociais estão sujeitas à intencionalidade centrípeta de diferentes comunidades, em relação a construção de um referente comum, orientado no tempo (Bauer & Gaskell, 2008).

A modificação do Modelo Toblerone original para o Modelo da Rosa dos Ventos aponta, segundo Bauer e Gaskell (2008), para a capacidade da TRS integrar outras teorias, neste caso, os comportamentos intergrupais. Assim, o poder sintético da teoria permite vincular novos conceitos na compreensão do mundo.

Os modelos propostos por Bauer e Gaskell (1999, 2008) articulam as dinâmicas temporais com os fenômenos representacionais, complementando a TRS com a perspectiva de um projeto. Essa articulação coaduna com a compreensão moderna do tempo, em sua linearidade, ao sugerir que o tempo corresponde a um vetor que atravessa o triângulo comunicacional (Eu – Outro – Objeto), indicando uma percepção de continuidade e linearidade nos projetos que pode estar submetida à força das interações entre diferentes grupos.

A Construção da Compreensão do Tempo na Modernidade

Neste momento da escrita, buscaremos fazer uma breve reconstrução histórica do tempo, retomando o processo da contagem da propriedade física do tempo, materializada pela disseminação dos relógios associados ao processo de industrialização da sociedade. Observaremos como se constitui a contagem e o conceito de tempo, que possibilitam ao senso comum a administração da vida por meio dos relógios.

Vamos iniciar nossa caminhada pensando sobre o ato de medir, pois este vincula-se aos processos básicos de existência: observamos o movimento da Terra em relação à posição do sol para saber quando será noite, mensuramos as distâncias a serem percorridas etc. A medição é considerada um experimento em que se determina o valor momentâneo de uma grandeza física, isso ocorre uma vez que o sistema de medição não é totalmente preciso, e há indeterminações em relação ao mensurando. Desse modo, tanto o sistema de medição quanto a grandeza a ser medida mudam ao longo do tempo e se comportam de maneiras diferentes em cada medição executada. A grandeza física pode ser uma fração, um múltiplo, ou ambos, de uma unidade que é estabelecida por um padrão. Com isso, para os fundamentos de metrologia científica, o tempo é considerado uma grandeza física (Albertazzi & Souza, 2017).

A necessidade de contar e de padronizar a percepção do tempo através dos números, que esteve associada ao aumento da complexidade da linguagem, fez a humanidade aplicar uma série de referências de padrões de medida. A partir do advento da industrialização, houve a necessidade de utilizar referências estáveis e universais. Com isso, estabeleceu-se o segundo como a unidade de tempo base do Sistema Internacional de Unidades (Albertazzi & Souza, 2017).

A definição científica do tempo inclui a descrição do segundo como a duração de 9.192.631.770 períodos da radiação, correspondente à transição entre os dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de Césio 133 (Albertazzi & Souza, 2017). Podemos dizer que o tempo, como fenômeno objetivo, passa a ser subjetivamente compreendido quando o senso comum incorpora em sua linguagem o constructo “segundo” e vai atribuindo sentidos sociais e subjetivos a essa transição: “a vida passa num segundo”, “me dê só um segundo”, “corri duas horas e dez segundos”.

O Sistema Internacional de Unidades também aceita o dia, a hora e o minuto como unidades possíveis de serem utilizadas em áreas específicas, sendo o dia correspondente a 24 horas, a hora equivalente a 3600 segundos e o minuto análogo a 60 segundos (Albertazzi & Souza, 2017). Mas, como se estabeleceu essa estrutura de mensuração do tempo? Como incorporamos relógios em nossos cotidianos e passamos a organizar nossas tarefas em horários e dias?

Antes da atribuição dos segundos e da criação dos relógios, foram utilizados diversos instrumentos para a medição do tempo. Esses equipamentos calculavam a temporalidade através do fluxo de água ou de areia em vidros (Rector, 1994).

Nas cidades comerciais da Europa, no despertar do século XIII, os sinos das igrejas, que marcavam apenas os ofícios religiosos, começaram a marcar também os horários do trabalho. Com isso, a forma de observação do tempo nos vilarejos foi se alterando conforme a função do emprego remunerado ganhou notoriedade. As mudanças começaram primeiro com toques de sinos, depois com relógios de um ponteiro e, a partir do século XIV, com relógios que marcavam horas e minutos (Brito, 2016). Antes do processo de industrialização, o tempo tinha um caráter mais qualitativo, orientado pelas atividades, pelos ciclos da vida e rituais religiosos, com o estabelecimento das indústrias, o tempo passa a controlar o trabalho por meio do desempenho de tarefas (Aquino, 2008).

Relógios foram construídos como templos. A partir de doações e nos séculos XIV e XV, foi possível desenvolver relógios mecânicos mais precisos (Brito, 2016). Essa disseminação do relógio ocorreu com a popularização dele e foi essencial para o processo de industrialização, uma vez que o trabalho massivo e sincronizado só funcionaria se as tarefas fossem executadas do início ao fim, em um ritmo cronometrado (Fabro, 2017).

A necessidade de organizar o trabalho e o cotidiano escolar disseminaram a utilização pessoal do relógio. Essa nova forma de disciplinar o trabalhador trouxe uma série de protestos e resistência, uma vez que a medição do tempo, antes do relógio, estava relacionada com as atividades domésticas e os ciclos de trabalhos artesanais das famílias e aos rituais religiosos. Não havia um cálculo preciso do tempo, dessa forma, o trabalho ocorria de forma que atendesse a demanda e, inclusive, a alimentação era feita quando a família sentia fome, pois as sociedades se organizavam e eram guiadas pelos eventos da natureza (Fabro, 2017).

Podemos dizer que o desenvolvimento de instrumentos científicos de mensuração do tempo se disseminou e estabeleceu uma constância e linearidade para a representação de todos os fluxos da vida: alimentação, descanso e trabalho passaram a transcorrer em função do tempo. O tempo foi objetificado na forma de relógio. Os relógios tinham similaridade, enquanto objeto, à época, com os *pince-nez*. Enquanto os últimos possibilitavam a acurácia da percepção da visão, os primeiros incrementavam a percepção do tempo.

Em síntese, o tempo – que na sociedade pré-revolução industrial era um tempo sagrado, centralizado nas atividades religiosas, tendo os hábitos comunitários gravitando em seu entorno com o advento do capitalismo (e intensificação da revolução industrial) – passou a ter o trabalho como algo central, por meio da sincronização das tarefas, adquirindo status de moeda, tendo valor para o mercado (Fabro, 2017). Com isso, o controle do tempo passa a disciplinar os corpos, entendendo que a consciência do tempo faz parte da formação do ser social e da educação dos sujeitos. Desse modo, o tempo, enquanto uma representação, passa a coagir os sujeitos, introjetando sua compreensão. Na atualidade, desde criança, a marcação dos minutos colabora na construção da autodisciplina.

A economia de mercado precisa da linearidade no comportamento das pessoas, inclusive no horário que acordam, não podendo estar dependente do raiar do sol (Fabro, 2017). Dessa forma, a vivência do tempo moderno, que segue o padrão da virada do ponteiro do relógio – em que após a meia-noite está definido o fim do dia e o início do próximo – deixa de ser traçada pelo nascer do sol, como nas sociedades antigas, e passa a significar “mais um dia” e não “o dia novamente”, o que marca a passagem dos dias de modo linear e estabelece a noção de passado (Brito, 2016).

O tempo associado à disciplina do seu uso ao longo da vida passou a ser socializado pelo senso comum. A representação do tempo adquire elementos inovadores com o processo da industrialização, e, como tal, produziu novos sentidos sociais, à medida que incorporava os sentidos produzidos pelo modelo científico. O tempo passou a definir comportamentos e o modo como as pessoas se comunicam, com isso, a realidade física obteve elementos tangíveis para a compreensão social.

A Teoria Relativística do Tempo

A publicização e popularização da Teoria Relativística do Tempo modificou a compreensão social da linearidade do tempo. Tendo isso em vista, propomos uma compreensão sintética da teoria de Albert Einstein.

Albert Einstein, físico teórico alemão, fundou a Teoria da Relatividade Geral e revolucionou a compreensão do espaço e do tempo. Isso, pois, a teoria propõe que há um entrelaçamento entre as variáveis espaço e tempo, e que o intervalo de

tempo entre eventos depende da distância que os separa, e vice-versa. Isso implica que o fluxo do tempo é ajustável, pois o movimento relativo modifica a rapidez com que o tempo passa. Desse modo, o tempo não transcorre com base em uma taxa fixa, uma vez que não é marcado por uma regularidade mecânica, uma vez que não há qualquer tipo de relógio-mestre controlando o universo (Halliday et al., 2023).

A Teoria da Relatividade Geral possui dois componentes distintos: a relatividade restrita, que se aplica apenas a referenciais inerciais, nas quais as leis de Newton são válidas. Criada em 1905 por Albert Einstein, a Teoria da Relatividade Geral estabeleceu-se como uma nova estrutura para descrever coerentemente fenômenos físicos envolvendo velocidades próximas à da luz; a relatividade geral é uma teoria da gravitação que substitui a expressa por Newton, em que referenciais podem sofrer uma aceleração gravitacional (Tipler, 2019).

Ao impor a universalidade da velocidade da luz, a relatividade restrita leva a uma descrição profundamente modificada de toda a física, funda a noção espaço-tempo (interligados) e estabelece uma ligação entre energia e massa. A relatividade restrita também torna a velocidade da luz (no vácuo) uma quantidade invariável, que permanece inalterada, independentemente da posição do observador. Conceitos como a simultaneidade de dois eventos ou o comprimento de um objeto tornam-se relativos aos sistemas de referenciais inerciais (Tipler, 2019).

Segundo Einstein, a noção de tempo, baseada apenas em experiências humanas, possivelmente parecerá deformada a partir da observação de corpos que estão se movendo na velocidade da luz, pois, no nosso universo, os corpos ganhariam massa conforme sua velocidade de trajetória aumenta. Desta forma, próximo à velocidade da luz, a massa do objeto seria infinita (Tipler, 2019).

A análise de tempo desses corpos em movimento veloz, provavelmente irá distorcer a concepção usual dos sujeitos. Isso ocorre porque, na mecânica relativística, a distância entre dois pontos e o intervalo de tempo entre dois eventos dependem do referencial no qual são medidos (Jewett & Serway, 2019; Tipler, 2019).

Ainda, a simultaneidade não será um conceito absoluto, ao contrário, ela dependerá do estado do movimento do observador e da identificação dele, a fim de determinar o tempo próprio. O intervalo de tempo próprio entre dois eventos é aquele medido por um observador para o qual os dois eventos acontecem na mesma posição. Com isso, tem-se a dilatação do tempo, em que o intervalo de tempo medido por um observador, que se move em relação a um relógio, é maior que aquele medido por outro em repouso em relação ao mesmo relógio (Jewett & Serway, 2019; Tipler, 2019).

O primeiro postulando de Einstein, para a Teoria da Relatividade Geral, afirma que as leis da natureza têm a mesma forma para observadores em qualquer referencial, acelerado ou não, em função do princípio da equivalência, pois não é possível diferenciar o ponto de vista de um observador em movimento e de um observador parado, ainda que em campos gravitacionais apropriados. No segundo postulando, um campo gravitacional é equivalente a um referencial acelerado em um espaço, na vizinhança de qualquer ponto, pois o tempo é alterado pelo campo gravitacional (Jewett & Serway, 2019; Tipler, 2019).

Para Einstein (em textos organizados por Stachel, 2008), a força gravitacional não existe. Uma vez que a presença de uma massa causa uma curvatura do espaço-tempo e em volta desse corpo massivo, a curvatura que ele provoca estabelece o caminho no espaço-tempo, em que todos os corpos com movimento livre têm de seguir, portanto, a percepção de tempo será diferente ao observador.

Ou seja, com a Teoria da Relatividade, Einstein (em Stachel, 2008) demonstrou que os fenômenos físicos ocorrem de maneira diferente para observadores que se movem com velocidades relativas constantes e que a velocidade da luz é a mesma para todos os observadores. Ela também substitui os conceitos independentes de espaço e tempo da Teoria de Newton pela ideia de espaço-tempo como uma entidade geométrica unificada. Em termos práticos, essa teoria indica que eventos que ocorrem simultaneamente para um observador podem ser assíncronos, ou não lineares, para outro.

Todos esses aspectos sinalizam que a teoria relativística desacomodou a compreensão do tempo, amplamente desenvolvida pela mecânica clássica, que passou a ser aplicada a casos específicos de massa com baixa velocidade e tamanho médio. Einstein demonstrou que, segundo modelos físicos, o tempo não ocorre de modo igual para todos ao se considerar a velocidade da luz. Assim, a referência temporal das ciências físicas tem conseguido, gradualmente, emancipar-se de uma concepção monológica para uma concepção multifacetada mais capaz de permitir uma observação ampla dos fenômenos complexos estudados. No entanto, os tempos das ciências físicas, como os da astronomia, permanecem, quaisquer que sejam seus propósitos, como tempos de medição dos fenômenos naturais.

Quando pensamos nos fenômenos humanos, a linearidade do tempo parece inquestionável nas experiências das pessoas. No entanto, se observarmos a nossa experiência de assimilação do tempo, perceberemos que a compreensão do transcorrer do tempo é social e subjetiva.

Tendo em vista a Teoria da Relatividade Geral, podemos pensar como a TRS pode contribuir para compreendermos as representações sobre o tempo produzidas socialmente a partir dessa ruptura paradigmática. Ainda, a difusão do uso de tecnologias e a vivência de um ciber tempo têm desacomodado as representações do tempo linear, estabelecidas com a Revolução Industrial.

A Experiência Digital: Desacomodando as Representações de Tempo

A digitalização no cotidiano também tem alterado as compreensões sobre o tempo. O progresso tecnológico permitiu que fossem implementadas as redes de computadores e o protocolo da internet. A partir do processo de inserção dos usuários na rede, surge uma nova cultura e uma nova indústria, ambas permeadas pelo tempo digital. Desse modo, a sociedade informatizada pressupõe uma infinita quantidade de dados acessíveis e determina a incapacidade humana de abarcar, reter e elaborar todas as informações disponíveis (Kanan & Arruda, 2013).

O cibertempo se integra ao ciberespaço e constitui todo o conhecimento e as informações de vários tipos registrados em computadores localizados em todo o mundo, que se comunicam através da linguagem computacional. Destarte, por extensão, a consulta a esses registros e as interações que temos com eles, a qualquer hora e em qualquer lugar, graças aos meios de comunicação da rede de internet, telefonia móvel, entre outras.

A internet possibilita uma nova dimensão ciberespacial e cibertemporal, caracterizada pela extraterritorialidade, através da comunicação coletiva em ambientes virtuais, por meio de laços sociais fluidos (Oliveira, 2017). Além disso, com as alterações impactadas nos processos de produção do capital e a repercussão no sistema de trabalho, percebe-se uma inconstância que é característica desse fenômeno (Kanan & Arruda, 2013). Dessa forma, a comunicação e a interação não dependem mais do tempo predeterminado pelos relógios das fábricas ou pela velocidade do tráfego de informações e de transporte (Kanan & Arruda, 2013; Oliveira, 2017).

Desse modo, podemos inferir que o uso das tecnologias associadas a internet tem incorporado novas dinâmicas de interação e percepção do tempo, bem como estabelecido uma cultura digital. Estudos sinalizam que o uso de tecnologias, como os *smartphones*, tem produzido mudanças na cognição humana, gerando alterações na memória e na atenção, além de mudanças na percepção temporal (Castellon et al., 2021; Wilmer et al., 2017).

A cultura digital produziu transformações em nossa linguagem, por meio da configuração do hipertexto e da multimídia. O hipertexto faz com que o texto seja produzido e reproduzido através de telas eletrônicas. Ele não é mais linear tal qual comum na linguagem impressa, mas é fragmentado, de modo multidimensional, que permite que ele se direcione para outros textos e se associe a imagens e sons (Santaella & Gabriel, 2019).

O leitor do hipertexto não é um receptor do texto, mas um coautor, à medida que a cultura digital quebra os padrões de emissor e receptor da comunicação. Isso porque a leitura do hipertexto é interativa e os interlocutores estão atuando constantemente no trânsito informacional (Santaella & Gabriel, 2019).

Esse trânsito informacional é marcado por uma cultura heterogênea, descentralizada e fluida. Onde todos podem se conectar por meio de dispositivos tecnológicos com acesso à internet. Nesse contexto, são as tecnologias computacionais, por meio das mídias digitais, que estão fazendo a mediação das nossas relações profissionais, pessoais, e do nosso sentido mais amplo de vida social (Santaella & Gabriel, 2019).

Desde a Revolução Industrial vem ocorrendo uma ampliação da individualização do tempo, com uma personalização dos valores e das normas, de onde parte a noção de que são os sujeitos os responsáveis pelo uso do seu tempo (Aquino, 2008). Com a ampliação do acesso às tecnologias, há uma maior individualização do tempo, o que faz com que os tempos de trabalho, estudo, lazer se interconectem ao serem mediados pelas plataformas de tecnologia. Isso ocorre, pois os sujeitos estão constantemente aproximados das informações disponibilizadas na internet. Desse modo, não há uma perspectiva de finalização de períodos e o sujeito não encontra espaços para realizar tudo o que é dever ou possibilidade (Kanan & Arruda, 2013). Em outras palavras, as novas tecnologias possibilitaram uma sobreposição de temporalidade que desencadeou uma interposição de atividades.

Não há órgãos sensoriais específicos capazes de caracterizar a passagem de tempo em humanos, a compreensão do tempo decorre da construção de uma representação que liga processos perceptivos e cognitivos em uma abstração que nos possibilita atribuir coerência aos eventos (Matthews & Meck, 2016). As dinâmicas aceleradas da internet têm demandado uma aceleração da percepção coletiva do tempo, para a manutenção da coerência, ao haver a incorporação dos usos das tecnologias.

A internet evoca outra percepção do tempo, destacando a relevância do momento, sinalizando que a noção imaterial do tempo é atravessada pela carga dos afetos e sentidos a ele atribuídos. O tempo da internet é fluido, conectado a uma ciberespacialidade, inconstante, permitindo a simultaneidade não absoluta dos acontecimentos.

Quando pensamos na organização das postagens da internet, o tempo presente aparece primeiro que o tempo passado. Não sendo incomum a possibilidade de lermos a notícia da resolução de um conflito antes mesmo de termos tido acesso a origem dele. A agilidade como as informações são postadas, repostadas, comentadas e compartilhadas desafia a linearidade da nossa percepção do tempo.

O Tempo como Representação Social

Embora concordemos com a relevante contribuição de Bauer e Gaskell (1999, 2008) para a compreensão do tempo, propomo-nos a pensar o tempo também como uma representação social. Tendo em vista que sua compreensão ocorre na

articulação entre o social e o subjetivo, condicionam-se as compreensões reificadas que se disseminam e são reinterpretadas pelo senso comum. Sendo assim, o tempo corresponde a uma representação social que tem seus sentidos produzidos no triângulo comunicativo, por meio da construção de um conhecimento que é compartilhado e reinventado nas relações sociais, ao mesmo tempo que é internalizado subjetivamente.

Quando nascemos, somos apresentados a ele, compartilhamos com nosso grupo social suas referências de continuidade e constância, aprendemos a olhá-lo no relógio e prevermos o seu transcorrer. Mas, e se fôssemos apresentados a outra noção de tempo? Não poderiam ser as inconstâncias e simultaneidades do tempo retiradas de nossa percepção pela imposição com que a representação social do tempo nos conecta à realidade?

Seguindo a epistemologia einsteiniana, se “vários sistemas teóricos estão em condições de ligar os mesmos dados factuais” (Paty, 2008, p. 133), tal como a proposta do Modelo Toblerone o faz, o “único critério que permite adotar um de preferência a outro é o olhar intuitivo do pesquisador” (Paty, 2008, p. 133). Assim, para pensar o tempo, nossa preferência é na aposta de um diálogo da TRS que considere a ruptura paradigmática que representa a Teoria da Relatividade Geral.

Moscovici (2005) destaca que as representações se constituem em ambientes sociais que permitem certo nível de autonomia, assim como exigem certo nível de condicionamento. A comunicação humana e a produção de conhecimentos que impactam nos comportamentos dos grupos se constituem em concordância e tensionamento com esses níveis de condicionamento. Dessa forma, podemos dizer que as representações sociais também desempenham um papel impositivo na compreensão da realidade. Elas demandam uma inserção sempre dentro de um enquadre prévio, preestabelecido.

Para Moscovici (2005), as representações cumprem especialmente duas funções: primeiramente, elas convencionalizam os objetos, as pessoas ou os acontecimentos, e para isso elas atribuem forma, categorizam e agrupam em modelos, partilhados por um grupo de pessoas. Em segundo lugar, representações se apresentam como regulamentos, impondo-se sobre nós e determinando a nossa percepção da realidade.

Tendo isso em vista, nossa hipótese se sustenta na observação de que o tempo é compreendido na interação entre sujeitos, que carrega os sentidos estabelecidos ao longo da história que são integrados e compartilhados pelo grupo ao qual os sujeitos fazem parte. Além disso, as proposições científicas desenvolvidas sobre o tempo são elaboradas e ressignificadas pelo senso comum, que atribui novos sentidos ao tempo, integrando-os com sentidos já estabelecidos. Assim, a compreensão social do tempo é partilhada como um dado natural, constante e inquestionável, que se impõe sobre a vida de todos os membros da sociedade. Assim, é justamente por meio da naturalização que algo se torna uma representação. Não é suficiente ancorar e objetificar: é preciso tornar esse algo intrínseco à natureza humana. Há aqui um sentido de automaticidade do fenômeno tempo.

Retomando os elementos históricos previamente apresentados, podemos observar que a demanda do cálculo da intercorrência dos fenômenos da passagem do sol, das estações e dos processos de envelhecimento biológicos surge nas comunidades pré-históricas. A esses fenômenos se atribui a noção de tempo e passa-se a calculá-lo com o intuito de organizar os rituais religiosos e os eventos agrícolas.

Aqui podemos ter a base de um processo de objetificação, quando há a seleção de um evento não familiar observado, ele passa a ser referendado em sua constância e é figurado nas imagens de relógios solares e calendários rústicos. Por fim, ele é naturalizado, e seu percurso é associado a todos os ciclos da vida observados pelo senso comum, nomeando-se de tempo a observação desse fenômeno. Dessa forma, a fim de elaborarmos a nossa reflexão, simplificamos o processo de constituição da representação social do tempo presente nas culturas pré-industriais.

A representação social do tempo presente nas culturas pré-industriais sofreu modificações com o advento da industrialização. Nesse momento, o senso comum incorpora a noção de tempo às definições científicas da Era Moderna (onde a física newtoniana se localiza), o tempo adquire novas características de rigidez e linearidade que passam a ser observadas, ele é objetificado na figura dos relógios mecânicos que se popularizam, embora a nomeação seja a mesma, a sua naturalização opera através da ancoragem do tempo como dinheiro, um valor monetário.

A atualidade tem nos apresentado às novas possibilidades de compreensão do tempo, como a própria Teoria da Relatividade de Einstein. Embora nossa representação social de tempo carregue muitos elementos das suas origens na Revolução Industrial, a absorção pelo senso comum dos postulados de Einstein, bem como o processo de amplo acesso às mídias digitais têm demandado uma compreensão dinâmica e fluida do tempo. Um tempo que é cibertempo, virtual, digital, sequencial.

Retomamos esses aspectos, no sentido de apresentarmos novas possibilidades de compreensão ao Modelo Toblerone e Modelo Rosa dos Ventos. O tempo pode configurar um dos eixos do campo representacional, mas pode também ser ele próprio uma representação social, submetido aos processos de compreensão, linguagem e assimilações coletivas e subjetivas. Dessa forma, podemos pensar que a compreensão do transcorrer temporal está associada ao processo de tomada de consciência pelo compartilhamento de uma representação que é socializada. Sendo assim, o tempo linear se constitui enquanto consciência pela via da linguagem e da cultura.

Por fim, é possível que nossa habilidade de perceber o tempo seja direcionada pela representação social do tempo linear, constante e sequencial. Ainda que possamos ter elementos que nos instiguem a compreender o tempo também como inconstante e simultâneo, a necessidade social e subjetiva de continuidade restringe nossa percepção a buscar nos dados físicos

a confirmação dos elementos simbólicos de construção do conceito tempo. O acesso às tecnologias digitais está tensionando essa representação, colocando-nos diante de elementos para a produção de um novo conhecimento social sobre o tempo.

Conclusões

Para escrever esse ensaio, partimos da provocação sobre ser o tempo o senhor de todas as representações sociais. No intuito de desacomodar as compreensões sobre o constructo tempo, buscamos adensar as reflexões acerca dele no campo da psicologia social, partindo de duas teses desenvolvidas na TRS, a do Toblerone e o Rosa dos Ventos.

Iniciamos nossa escrita explorando o conceito e fenômeno das representações sociais, o fato delas se constituírem através de uma articulação que é social e subjetiva e se dá no triângulo comunicativo (Sujeito-Outro-Objeto). Apresentamos também os Modelos Toblerone e Rosa dos Ventos, que propõem a compreensão do tempo como um eixo de projeto no campo representacional.

Realizamos, então, uma revisão das diferentes lógicas de compreensão do tempo. Retomamos a historicidade do entendimento do tempo, percorrendo os processos pré-industriais de observação do tempo associados aos fenômenos da natureza até a Revolução Industrial, quando o tempo moderno se estabelece como um impositor da rotina de repetições do trabalho e padronização das vidas. Com o advento dos relógios mecânicos, o tempo disciplina os corpos e integra a formação do ser social e da educação dos sujeitos. O tempo se estabeleceu na constância dos segundos e no destino da sequencialidade do tempo.

A seguir, a Teoria da Relatividade de Einstein representa um rompimento paradigmático científico na compreensão do tempo. Ela possibilitou a existência de teorias divergentes e complementares no campo da Física. Ainda, a Teoria da Relatividade apresentou a possibilidade que eventos que ocorrem simultaneamente para um observador podem ser assíncronos para outro, dependendo da velocidade com que ele se move. Ao pensarmos o rompimento da compreensão da linearidade do tempo, propomos refletir como humanos passam a representar o tempo também sobre o efeito desse novo paradigma, ou seja, como o senso comum se articula na compreensão dessa nova perspectiva de tempo.

Para corroborar as reflexões sobre a compreensão dessa nova perspectiva de tempo, observamos que a linearidade da percepção do tempo é desacomodada na cultural digital através do estabelecimento de um cibertempo. A internet, a conectividade, a fluidez e a grandeza dos dados digitais têm exigido novas compreensões do tempo. Essas vêm associadas a transformações na linguagem, através da configuração do hipertexto e da multimídia. O texto passa a ser fragmentado de modo multidimensional, permitindo que ele se direcione para outros textos e se associe a imagens e sons. As dinâmicas do cibertempo evocam outra dimensão do tempo: a da relevância do momento.

Diante da retomada da articulação do tempo como eixo no processo representacional, como proposto nos Modelos Toblerone e Rosa dos Ventos, sugerimos uma proposta complementar, o tempo entendido como uma representação social que tem seus sentidos produzidos nas relações sociais e é internalizado subjetivamente. O tempo passa ao longo da história pelos processos de ancoragem e objetificação, sendo observado como fenômeno estranho, que é selecionado, figurado, naturalizado e nomeado. Como conhecimento partilhado, ele se impõe no nosso modo de compreendermos o mundo, de viver o mundo e até experimentar nosso corpo (reidade) – questão esta que ainda merece atenção em futuras reflexões.

Posto isso, a observação e relativização do tempo permeiam o tecido social, sendo vivenciadas nas sociedades humanas. Enquanto a Teoria da Relatividade Geral revoluciona nossa compreensão do espaço e do tempo, o ciberespaço transforma a experiência temporal da sociedade contemporânea, promovendo novas representações sociais. A memória digital nesse espaço cibernético relativiza o espaço e o tempo, acelerando a disseminação de informações através de uma teia global que conecta humanos de fusos horários diferentes. Este tempo, que parece globalmente conectado, cria camadas de sobreposição de rotinas e horários, assemelhando-se a uma curvatura do espaço-tempo, como se houvesse uma força da gravidade das pegadas digitais.

Mas como representação social, o tempo não se impõe sem deixar brechas para a nossa criatividade, para uma interação dinâmica que possibilita novas compreensões. Seja na Teoria da Relatividade de Einstein, no cibertempo, ou nas expressões culturais, parafraseando o compositor Caetano, nossa compreensão do tempo pode ser inventiva. Afinal, o tempo é quem compõe destinos, é ele o instrumento de todos os ritmos.

Referências

- Aquino, C. A. B. (2008). O tempo como substancialidade do trabalho: O tempo industrial e o tempo de trabalho. *Revista Labor*, 1(1), 1-14. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i1.6677>
- Albertazzi Jr., A. G., & Souza, A. R. (2017). *Fundamentos de metrologia científica e industrial: Revisada, atualizada e ampliada*. Manole.

- Castellon, L. A. S., Cavalcanti, J. B., Souza, R. A. D. C., & Dantas, F. G. (2021). Investigação das alterações na percepção temporal pela presença de altos níveis de dependência de smartphone. *Research, Society and Development*, 10(12), 1–10. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20870>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representation. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29(2), 163-186. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1468-5914.00096>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2008). Social representations theory: A progressive research programme for social psychology. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 335–353. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00374.x>
- Brito, A. J. (2016). Tempo, história e educação matemática. *Bolema*, 30(55), 390-401. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v30n55a04>
- Fabro, A. M. (2017). O relógio ou nós? Uma visão da invenção do tempo social na percepção político-cultural de Edward P. Thompson. *Revista em Debate*, 1(17), 55–69. <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2017n17p55>
- Halliday, D., Resnick, R., & Walker, J. (2023). *Fundamentos de física - Óptica e física moderna* (12a ed.). Editora LTC.
- Jewett, J. W., Jr., & Serway, R. A. (2019). *Física para cientistas e engenheiros: Luz, óptica e física moderna* (9a ed., Vol. 4). Cengage Learning.
- Kanan, L. A., & Arruda, M. P. de. (2013). A organização do trabalho na era digital. *Estudos de Psicologia*, 30(4), 583–591. <https://doi.org/10.1590/s0103-166x2013000400011>
- Levine, J. (2016). The history of time and frequency from antiquity to the present day. *European Physical Journal H*, 41(1), 1–67. <https://doi.org/10.1140/epjh/e2016-70004-3>
- Matthews, W. J., & Meck, W. H. (2016). Temporal cognition: Connecting subjective time to perception, attention, and memory. *Psychological Bulletin*, 142(8), 865-907. <https://doi.org/10.1037/bul0000045>
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (3ª ed.). Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *A invenção da sociedade: Sociologia e psicologia*. Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *Psicanálise, sua imagem e seu público*. Editora Vozes.
- Oliveira, E. S. G. (2017). Adolescência, internet e tempo: Desafios para a Educação. *Educar em Revista*, (64), 283–298. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47048>
- Rector, P. (1994). The history of time keeping at the watch and clock museum. *The Historian*, 56(3), 477–482. <https://www.jstor.org/stable/24448700>
- Paty, M. (2008). *Einstein*. (Coleção Figuras do Saber, v.22). Estação Liberdade.
- Sampaio, T. O. M. (2016). Percepção do tempo: Da psicologia para a psicolinguística. *Letras de Hoje*, 51(3), 374-383. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2016.3.22264>
- Santaella, L., & Gabriel, M. (2019). Por que Black Mirror dá muito o que pensar? *Revista Diálogo Educacional*, 19(62), 932–947. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.19.062.ds01>
- Stachel, J. (Org.) (2008). *O ano miraculoso de Einstein*. Editora UFRJ.
- Tipler, P. (2019). *Física para cientistas e engenheiros* (9a ed., Vol. 4). Cengage Learning.
- Veloso, C. (1979). Oração ao tempo [Música]. On *Cinema Transcendental* [Álbum]. Philips Records.

Wilmer, H. H., Sherman, L. E., & Chein, J. M. (2017). Smartphones and cognition: A review of research exploring the links between mobile technology habits and cognitive functioning. *Frontiers in Psychology*, 8(605), 1-16. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00605>

Como Citar:

Romio, C. M., Roso, A., & Romio, A. M. (2025). Será o tempo senhor de todas as representações sociais? *Revista Subjetividades*, 24(3), e14102. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i3.e14102>

Endereço para correspondência

Caroline Matos Romio
E-mail: carol.matosr@gmail.com

Adriane Roso
E-mail: adriane.roso@ufsm.br

Alexsandra Matos Romio
E-mail: ale.matosr@gmail.com



Recebido: 21/10/2022
Revisado: 11/04/2024
Aceito: 07/05/2024
Publicado: 29/11/2024